

# Análise das relações entre Brasil e Colômbia em um contexto de multipolaridade emergente: desafios à construção da liderança brasileira na América do Sul

*Analysis of Brazil-Colombia relations in the context of emerging multipolarity: challenges to the construction of Brazilian leadership in South America*

Recebido em: 22/04/2016

Aceito em: 09/09/2016

Gabriel Galdino Gomes\*

## Resumo

Brazil has played in recent years, an important role in international relations, as well as proving to be an emerging power, a regional leader in the South American context. As a result, the article has the initial objective understand the concept of regional power in the neoclassical realistic perspective and how did the development of Brazilian foreign policy in the scope to seek to consolidate that position in the region. Thus, we intend to address about the foreign policy of Colombia and reflect on how the Colombian State may represent an important strategic partner to Brazil or to make a counterweight to the interests of the region. This research therefore aims to analyze bilateral relations Brazil-Colombia, highlighting the prospects of cooperation and resistance between both countries in the face of a trend scenario multipolarity

**Palavras-Chave:** Multipolaridade; Política Externa; Relações Bilaterais; Brasil; Colômbia

## Abstract

Brazil has played in recent years, an important role in international relations, as well as proving to be an emerging power, a regional leader in the South American context. As a result, the article has the initial objective understand the concept of regional power in the neoclassical realistic perspective and how did the development of Brazilian foreign policy in the scope to seek to consolidate that position in the region. Thus, we intend to address about the foreign policy of Colombia and reflect on how the Colombian State may represent an important strategic partner to Brazil or to make a counterweight to the interests of the region. This research therefore aims to analyze bilateral relations Brazil-Colombia, highlighting the prospects of cooperation and resistance between both countries in the face of a trend scenario multipolarity.

**Keywords:** Multipolarity; Foreign Policy; Bilateral Relations; Brazil; Colombia.

\* Acadêmico do 8º semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Foi também aluno de graduação sanduíche do Programa de Economia da Universidad Pontificia Bolivariana (UPB - Colombia) E-mail: gabrielgaldinogomes@gmail.com

## Introdução

Nos últimos anos, a maneira como se distribui o poder mundial se transformou substancialmente, o que pode ser entendido como consequência do declive econômico dos Estados integrantes do G-8<sup>1</sup> em reação às crises econômicas que enfrentam, da significativa diminuição de sua participação no produto mundial bruto, e do surgimento de potências emergentes. O sistema internacional proposto pelos Estados Unidos, nesse sentido, vem se tornando cada vez menos estável, quase três décadas após o colapso soviético.

As transformações internacionais decorrentes do fim da Guerra Fria em contexto de crescente globalização, acentuaram as tendências multipolares no cenário internacional. De igual modo, abriram-se as possibilidades para que os países em desenvolvimento se projetassem regional e globalmente. Assim, percebe-se que o sistema internacional vem sendo caracterizado pela construção da multipolaridade, através dos países em desenvolvimento e, por outro lado, pela manutenção da hegemonia dos Estados Unidos (SILVA, 2014).

Nesse contexto, se há realizado diversas pesquisas acerca da política externa do Brasil como potência regional na América do Sul, principalmente com o relativo distanciamento dos EUA na região. Concomitantemente, destas mesmas pesquisas é afirmado que há quatro potências secundárias no subcontinente: Colômbia, Venezuela, Argentina e Chile (FLEMES, 2012). Dessa maneira, se torna relevante os estudos acerca das relações entre Brasil e Colômbia num cenário de tendência a multipolaridade, no qual pode ser visualizado de forma mais nítida a atuação dos dois países como potências emergentes e a perspectiva de maior cooperação entre ambas nações.

Como ferramenta analítica de política externa, utiliza-se neste artigo, em alguns pontos, a perspectiva realista neoclássica<sup>2</sup> como teoria a fundamentar determinados termos e análises.

1. A sigla G-8 corresponde ao grupo dos 8 países mais ricos e influentes do mundo, fazem parte os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia. Antes chamada de G-7, a sigla alterou-se com a inserção da Rússia, que ingressou no grupo em 1998. Disponível em: <dosfan.lib.uic.edu/ERC/g8usa/G8high\_Lesson1.pdf>

2. De acordo com Buelvas e Piñeros (2013), o realismo neoclássico se apresenta como uma combinação de duas teorias das relações internacionais: o realismo e o neorealismo. Nesse sentido, o realismo neoclássico, argumenta que as ações de um Estado no sistema internacional podem ser explicadas por variáveis sistêmicas, cognitivas e domésticas, que afetam o poder e a liberdade de ação dos tomadores de decisão na política externa. Não obstante, essa teoria também mantém o conceito neorrealista de equilíbrio de poder.

Assim, as relações entre os governos brasileiro (Lula e Rousseff) e colombiano (Uribe e Santos) são aqui abordadas, historicamente, evidenciando os desdobramentos da relação entre as duas nações. Inicialmente se faz a exposição da política exterior do Brasil e na sua construção com ênfase no papel do Estado brasileiro como potência regional, simultaneamente, impulsor da integração sul-americana. Posteriormente, procura-se analisar a política exterior colombiana e as suas nuances entre Uribe e Santos, mostrando continuidades e descontinuidades em detrimento do alinhamento com os EUA e a forma de relacionamento com os países latino-americanos. Por fim é exposto como se deu o desenvolvimento das relações bilaterais entre Brasil e Colômbia, as principais divergências atuais entre as visões das suas respectivas políticas externas e, por conseguinte, oportunidades e perspectivas do relacionamento entre ambas nações. Esta pesquisa, portanto, tem por finalidade analisar as relações bilaterais Brasil-Colômbia, relevando as perspectivas de cooperação e resistência entre ambos países em face de um cenário de tendência a multipolaridade.

### **Política externa brasileira e sua orientação à posição de potência regional**

Entende-se por diplomacia um instrumento da política externa expresso, conforme Cervo e Bueno (2008), em objetos, valores e padrões de conduta vinculados a um rol de compromissos. Essa agenda externa convencionou-se, então, de maneira a proteger e alcançar os determinados interesses de um Estado. A política externa, nesse sentido, possui um caráter normativo, sendo em suma as ações políticas voltadas para fora que refletem as pressões de dentro.

Em certos momentos, de acordo com Weffort (2004), a política externa se aproxima ou se distancia das grandes potências, no sentido de priorizar as parcerias com estas ou com os demais países em desenvolvimento. Não obstante, para o autor, a política externa jamais muda tanto que possa ser considerada como uma grande transformação, na sua forma de atuar, na definição de parceiros e na escolha das prioridades.

Concordando com esse pensamento em relação ao Brasil, Cervo (2008) denomina esse aspecto de “paradigma da política exte-

rior brasileira” e elenca alguns de seus conceitos lineares<sup>3</sup>: autodeterminação; não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; juridicismo; multilateralismo normativo; ação externa cooperativa e não confrontacionista; parcerias estratégicas; realismo e pragmatismo; cordialidade oficial no trato com os vizinhos; desenvolvimento como vetor e independência de inserção internacional.

Além do mais, segundo Cervo (2008) a prática do realismo e pragmatismo estaria ligada ao que a teoria denomina de realismo de conduta e consiste na adoção de uma posição não confrontacionista, buscando-se maximizar os ganhos e garantir os interesses postos em jogo via cálculo de custos benefícios e em detrimento da adesão de determinados posicionamentos ideológicos, embora quaisquer posicionamentos, mesmo “neutros” revelam algumas ideologias intrínsecas. A evolução do realismo ao pragmatismo qualifica, conforme Silva e Gil (2013), a conduta externa brasileira.

Neste contexto, é percebido no final do século XX o desenrolar de uma nova ordem mundial, sobretudo com a evidência da hegemonia dos Estados Unidos, com o colapso da União Soviética e da era bipolar, a ascensão do capital financeira e o triunfo do neoliberalismo. Todavia, já na primeira década do século XXI, com o aprofundamento da globalização e o aparecimento de novos atores no cenário internacional, é possível perceber a existência de uma tendência à multipolaridade, a qual é caracterizado pela ascensão de potências econômicas emergentes como a China, Índia, Rússia, África do Sul e Brasil (SILVA, 2014).

O crescimento brasileiro como potência regional e global, assim como dos demais emergentes [...] e o declínio dos parceiros tradicionais [...], colocou um ponto de inflexão na política externa norte-americana para a América Latina e as relações bilaterais. [...] A inadequação [...] e a inabilidade dos Estados Unidos em fazer valer os pilares de preservação da estabilidade e de sua zona de influência revelam-se também na crescente presença chinesa na América do Sul e no Brasil, e nos movimentos russos e indianos em direção a este espaço geopolítico (PECEQUILO, 2013, p. 55).

Ademais, ao longo do governo Lula (2003 a 2010) e Rousseff (2011 a 2014) é destacado a aproximação do Brasil em relação aos

3. É importante ressaltar que, alguns desses importantes conceitos tiveram o seu início na política externa brasileira no período da chancelaria de Rio Branco (1902 a 1913), o qual despontava o Brasil como uma potência sub-regional, isto é, um país que fosse capaz de liderar os anseios da América do Sul e manter esta em equilíbrio político para que não fosse atingida pelo imperialismo europeu ou norte-americano (DORATIOTO, 2000).

países da América do Sul, juntamente com a tentativa de catalisar a construção de uma identidade sul-americana, evidenciando assim uma posição de realismo de conduta e pragmatismo da política externa brasileira no período caracterizado. Nesse sentido, a apreensão desse contexto é, pois, fundamental, segundo Alegria (2013), para compreender de que forma o Brasil tem se inserido no âmbito internacional de maneira a se estabelecer como potência regional sustentando sua pretensão de liderança na região.

O governo Lula, portanto, constituiu-se como um marco no que se refere à autonomia do Brasil ao desenvolvimento da integração sul-americana, culminando na ativa participação do país no MERCOSUL e UNASUL. Ademais, no período desse mesmo governo, houve um reforço da corrente autonomista dentro do Itamaraty, cujo principal objetivo seria a construção da liderança regional em face da sua posição como potência emergente. Assim, essa influência orienta-se para a criação de uma identidade comum “no processo de integração regional sul-americano, propondo um aprofundamento em termos políticos e sociais e, também, uma maior disposição brasileira para arcar com os custos desse processo” (SILVA; GIL, 2013, p. 35).

Desse modo, Alegria (2013), complementa essa ideia de liderança brasileira pautando-se na participação do Brasil na criação de regimes internacionais na região com o escopo de alcançar uma maior integração sul-americana e menor dependência aos Estados Unidos,

É possível salientar então que um dos projetos de construção de um regime internacional na região, com estruturas de governança regional que está promovendo o Brasil é a União de Nações da América do Sul (UNASUL). Esta iniciativa tem a sua origem no governo do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, em face da proposta dos Estados Unidos de construir a Área Livre de Comercio das Américas (ALCA), o Brasil se uniu ao Peru, uma coalizão de países que, embora não se opuseram de maneira unânime a iniciativa estadunidense, buscavam que esta levasse em conta as assimetrias dos diferentes Estados latino-americanos, assim pretendiam negociar um acordo mais favorável, levando à estagnação deste projeto; mostrando que não era inelutável um alinhamento automático com todas as iniciativas estadunidenses e que existia uma certa capacidade de liderança por parte do Brasil para defender os interesses das nações americanas<sup>4</sup> (ALEGRÍA, 2013, p. 259, tradução nossa).

---

4. Es posible señalar entonces, que uno de los proyectos de construcción de un régimen internacional en la región, con estructuras de gobernanza regional, que está impulsan-

É importante complementar essa análise com o realismo neoclássico como perspectiva das relações internacionais que, assim, permite compreender de qual forma a estrutura do sistema internacional propiciou a ascensão das potências regionais através de categorias analíticas como a distribuição de poder.

Dessa forma, Flemes (2012), caracteriza uma potência regional como: parte de uma região delimitada geograficamente; está pronta para assumir a liderança, mesmo que de maneira sútil; desprega de sua capacidade material e ideológica necessária para atingir a projeção como potência regional; é altamente influente nos assuntos regionais, através de seus importantes organismos. Por outro lado, o conceito de potência emergente assimila outras características de poder ao país então classificado, conferindo-o, também, influência em questão de governança global, em outras palavras,

Os países definidos aqui sob o conceito de “potências emergentes” dominam seus vizinhos em termos de poder sobre os recursos, isto é, população, território, capacidade militar e PIB. Além disso, eles articulam o interesse de mudança da distribuição de poder no sistema internacional e assumem papéis de liderança na governança mundial<sup>5</sup> (SCHIRM, 2010, p. 198, tradução nossa).

Nesse contexto, o Brasil em sua posição como potência emergente, se projeta como um *global player*, isto é, busca incrementar a influência que tem a nível global para o qual é utilizado uma estratégia que tem, de acordo com Buelvas e Piñeros (2010), três linhas de projeção. A primeira se refere a construção de prestígio como potência social e econômica, através da liderança na implementação de políticas que reduzam a pobreza extrema e fortaleçam a economia. Em segundo, condiz a desconcentração das relações de poder com a

---

do Brasil es la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR). Esta iniciativa tiene su génesis en el gobierno del ex presidente brasileño Fernando Henrique Cardoso, pues ante la propuesta de los Estados Unidos de construir el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), Brasil formó de la mano con Perú, una coalición de países que, si bien no se oponían de manera unánime a la iniciativa, buscaban que ésta tuviera en cuenta las asimetrías de los diferentes Estados que hacen parte del continente, por lo que pretendían negociar un acuerdo más favorable, lo que llevó a que este proyecto terminara por estancarse; mostrando que no era ineluctable una alineación automática con todas las iniciativas estadounidenses, y que existía una cierta capacidad de liderazgo de parte de Brasil, para defender los intereses de las naciones americanas

5. The countries defined here under the rubric of ‘emerging powers’ dominate their neighbours in terms of power over resources, that is, population, territory, military capacity and gross domestic product. In addition, they articulate a wish to change the distribution of power in the international system and to assume leadership roles in global governance.

superpotência e as grandes potências no sistema internacional, em troca da multilateralidade com os países emergentes. A terceira linha de projeção se encontra no viés da reestruturação da governança global, a fim de possibilitar um acordo mais equitativo entre os países em vias de desenvolvimento, para os quais o Brasil considera que necessitam duas grandes reformas: a do sistema de segurança coletiva e a do sistema econômico-comercial internacional.

Deste modo, as potências emergentes buscam incrementar “[...] seu poder a nível global, através do fortalecimento de sua posição e influência em âmbito regional. Nesse sentido, o Brasil tem buscado consolidar-se como *potência regional* na América do Sul [...]”<sup>6</sup> (ALEGRÍA, 2013, p. 256, tradução nossa).

Por conseguinte, para possibilitar o avanço destas linhas de projeção percebe-se que a política externa brasileira tem promovido ativamente o multilateralismo, através de diversos foros de diálogo e cooperação com as demais potências emergentes. O desempenho das relações, caracterizadas como de cooperação Sul-Sul<sup>7</sup> por Leite (2011), entre Brasil e outros países em desenvolvimento tem sido materializado em alianças estratégica como o BRICS, o qual se tem permitido fazer um certo contrapeso, *soft-balancing*, à superpotência e as grandes potências no sistema internacional.

A pretensão do Brasil, como potência regional, da construção do sul-americanismo como ideia de um novo regionalismo, que se privilegie em frente ao processo de regionalização latinoamericano, encontra fundamento:

a) o aumento da *interdependência* econômica com os países da região, b) a presença de seus nacionais no território dos Estados sul-americanos, c) como um resultado do exposto acima: a busca pela estabilidade regional para que os interesses nessa região não sejam prejudicados; e d) a busca da diluição do poder relativo da Argentina, devido sua usual contradição no cone sul, em um cenário em que ocorra a participação de mais países e) a exclusão dos países da América Central e do México, dado que este país sempre foi líder na América Latina, o que dificulta o papel de protagonismo brasileiro na região e devido a que este considera a política exterior mexicana e centro-americana alinhada aos interesses da superpo-

6. [...] su poder a nivel global, a través del fortalecimiento de su posición e influencia en el ámbito regional. En este sentido, Brasil ha buscado consolidarse como potencia regional en Suramérica, [...].

7. A ideia de que países em desenvolvimento identificam determinados interesses e problemas comuns e se articulam, a fim de resolvê-los, de acordo com Leite (2011), é a noção essencial do conceito de cooperação Sul-Sul.

tência norte-americana, frente ao que a América do Sul procura ter uma certa autonomia<sup>8</sup> (ALEGRÍA, 2013, p. 258, tradução nossa).

Assim, o Brasil como potência regional, parece oscilar entre sua projeção individual internacional e a condução política da região sul-americana. Dessa maneira, no primeiro caso o Brasil atua como Estado “reformista” e potência econômica que se mostra competente para propor sua própria agenda internacional multipolar (BUELVAS; JOST; FLEMES, 2012). Entretanto, mesmo que esta forma de atuação acabe gerando fricções com os interesses estadunidenses, o Brasil não busca fazer um contrapeso *duro* àqueles, corroborando, conquanto, à teoria de realismo de conduta de Cervó (2008), tanto pela impossibilidade sistêmica de vencer, como por seus processos políticos internos que favorecem o pluralismo, a resolução negociada dos conflitos e a democratização.

No segundo caso, o Brasil se mostra como impulsionador à integração da América do Sul e na construção da ideologia sul-americana, e com este propósito busca construir níveis interinstitucionais (formais e informais) entre o MERCOSUL, a CAN<sup>9</sup> a OTCA<sup>10</sup> e a UNASUL, propondo a construção de um espaço político, econômico e de segurança autônomo e democrático frente a poderes externos.

## Política externa colombiana do governo de Uribe A. Santos

Na última década, a política externa colombiana foi dominada pela figura do ex-presidente Álvaro Uribe, eleito em 2002. Desde o começo de seu mandato, teve como objetivo linear de sua política externa vincular o conflito armado que assolava o país a cruzada

8. a) el incremento de la *interdependencia* económica con los países de la región, b) la presencia de sus nacionales en los territorios de los Estados suramericanos, c) como consecuencia de los anteriores: la búsqueda de estabilidad regional para que no se vean perjudicados estos intereses en esa área, y d) La búsqueda de la dilución del *poder relativo* de Argentina, su usual contradictor en el cono sur, en un escenario en el que participan más países e) La exclusión de los países centroamericanos y de México, dado que este país siempre fue líder en Latinoamérica, por lo que no se plegaría tan fácilmente al protagonismo brasileño, y debido a que Brasil considera que la política exterior mexicana y centroamericana se encuentra demasiado alineada con los intereses de la superpotencia norteamericana, frente a los que el Suramericanismo procura tener una cierta autonomía

9. A Comunidade Andina (CAN) é uma organização regional que tem como objetivo alcançar um desenvolvimento mais equilibrado e independente, sendo formado por quatro nações que abrangem a região andina e sul-americana (BUELVAS; JOST; FLEMES, 2012).

10. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA surge a partir do Tratado de Cooperação Amazônica, cujo propósito é fortalecer a cooperação entre todos os países que partilham a Amazônia, ou Pan-Amazônia. Disponível em: <<http://otca.info/portal/>>



internacional liderada pelo presidente George W. Bush contra o terrorismo internacional (PEDRAZA, 2012).

Conforme Cepik, Brancher e Granda (2012), esse projeto uribista mostrou-se limitado no que condiz ao seu propósito de prover segurança ao país, pois além de tornar a política externa dependente em relação aos Estados Unidos, a Colômbia passou a aderir unilateralmente os interesses norte-americanos. Assim,

O cenário em que os instrumentos militares são postos exclusivamente para confrontar às guerrilhas, percebidas não mais no sentido de organizações armadas senão em termos de grupos terroristas, significou uma aprofundação da relação entre Colômbia e Estados Unidos<sup>11</sup> (PÉREZ; ROJAS, 2012, p.1, tradução nossa).

Os EUA possuíam fortes interesses estratégicos na Colômbia, tanto em função da política de controle ao tráfico de drogas, quanto na manutenção de um aliado como potência secundária na América do Sul, assim de acordo com Cepik, Brancher e Granda (2012), o país pôde servir de projeção dos interesses norte-americanos e de contrapeso às outras potências emergentes na região.

Nesse contexto, dentro do marco analítico do realismo neoclássico, as potências regionais secundárias se conceitualizam como aqueles Estados que ocupam a segunda posição mais poderosa dentro de uma hierarquia regional. Conforme Flemes (2012), fazendo uma análise geral das capacidades do Estado colombiano, se encontra numerosos atributos materiais que permitem defini-lo como uma potência secundária na América do Sul em relação ao Brasil como emergente e potência regional, na hierarquia internacional de poder,

Sua extensão geográfica está 26º posição do ranking mundial com 1.138.910 km<sup>2</sup>, incluindo as águas territoriais. Sua demografia está na 28º posição com 45.239.079 pessoas. Sua economia em 2010 estava na 29º colocação com o PIB de US\$288.188.988.824. Sua capacidade militar foi avaliada entre 2005-2009 em um gasto anual de entre 3.4% a 3.7% de seu PIB, o qual se localizou na 33º posição do mundo. Está catalogado nominalmente como um país de “renda media-alta” por seu PIB *per capita*, mas com uma taxa de pobreza próxima aos 37%. A localização geográfica peculiar com saídas aos oceanos Pacífico e Atlântico e como “ponte” entre América Central, Caribe e América do Sul, converte Colombia em um

---

11. La puesta en escena del instrumento militar exclusivo para confrontar a las guerrillas, percibidas ya no en el sentido de organizaciones armadas sino en términos de grupos terroristas, significó una profundización de la relación de Colombia con Estados Unidos.

“corredor estratégico” para os fluxos transnacionais, por mais que esteja debilitado pela carência de infraestrutura portuária apta e uma malha estrada suficiente<sup>12</sup> (BUELVAS; JOST; FLEMES, 2012, p. 629, tradução nossa).

A maioria das políticas adotadas durante o governo de Uribe, alinhado externamente aos Estados Unidos, se orientaram, dessa forma, em isolar o país da América do Sul e, com isso, mostrar resistência a uma possível cooperação com Brasil. Confirmando esse argumento, em consonância a Pedraza (2012), através do apoio incontestável de Uribe à criação da ALCA em tempos em que o governo brasileiro e argentino eram contrários a criação de qualquer acordo de livre comércio com os Estados Unidos que como resultado pudesse prejudicar a economia agro-exportadora da região e o desenvolvimento das nações sul-americanas.

Além do mais, durante o mandato de Uribe ocorreram diversos episódios que distanciaram o país da região sul-americana, causando em certos níveis tensão e ruptura das relações diplomáticas. Assim, por exemplo:

[...] Após a operação Phoenix em março de 2008 que deu abatido ao líder guerrilheiro Luis Edgar Devia, conhecido como Raul Reyes em território equatoriano, resultou-se no rompimento das relações diplomáticas após o anúncio da chancelaria do país vizinho por causa do que foi considerado uma violação de sua soberania e integridade territorial. Por outro lado, em 2010, devido ao clima de crescente tensão entre o presidente Hugo Chávez e o presidente Uribe, houve como consequência a ruptura das relações entre os dois países após as queixas feitas pela Colômbia junto à OEA pela suposta presença de guerrilheiros na Venezuela<sup>13</sup> (PÉREZ; ROJAS, 2012, p. 2, tradução nossa)

12. Su extensión geográfica lo hace el 26 en el mundo con 1 138 910 km<sup>2</sup>, incluyendo aguas territoriales. Su demografía le da la posición 28 en el globo con 45 239 079 personas. Su economía de 288 188 988 824 dólares de PIB en 2010 lo hacen el número 29. Su capacidad militar estaba valorada entre 2005-2009 en un gasto anual de entre el 3.4% y el 3.7% de su PIB, lo cual lo ubicó en la posición 33 en el mundo. Está catalogado nominalmente como un país de “renta media-alta” por su PIB per capita, pero con una tasa de pobreza cercana al 37%. Su peculiar ubicación geográfica con salidas a los océanos Pacífico y Atlántico y como “puente” entre América Central, el Caribe y América del Sur la convierten en un “corredor estratégico” para flujos transnacionales, si bien debilitado por la carencia de infraestructura portuaria apta y una malla vial suficiente.

13. [...] tras la operación Fénix en marzo de 2008 que dio abatida al líder guerrillero Luis Edgar Devia, alias Raúl Reyes en territorio ecuatoriano, se produjo la ruptura de relaciones diplomáticas tras el anuncio de la cancillería del vecino país debido a lo que consideró una violación de su soberanía y su integridad territorial. Por otro lado para 2010 debido al clima de creciente tensión entre el mandatario Hugo Chávez y el presidente Uribe se produjo la ruptura de las relaciones entre ambos países tras las denuncias hechas por Colombia ante la OEA por la presunta presencia de guerrillas en Venezuela.

Em um panorama geral, a política externa colombiana com Uribe no poder foi caracterizada pelo distanciamento das relações com os países sul-americanos, fricções diplomáticas com Equador e Venezuela, instabilidade das relações com o Brasil e pelo apoio irrestrito aos interesses norte-americanos acompanhado pela dominação do discurso sobre o problema da segurança.

Entretanto, com a subida ao poder por Santos em 2010, ocorre uma diversificação das relações exteriores, assim, Colômbia assume um papel de *global player* emergente, de acordo com Buelvas e Piñeros (2013). Reúne aos CIVETS<sup>14</sup>, envia missões diplomáticas a países árabes e africanos e volta a se aproximar dos países latino-americanos (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012). Também, busca se posicionar como ponte entre as Américas e em conflito como o de Israel e Palestina, concretizando acordos com Coreia do Sul, Japão, China Índia e Singapura. Ocorre, dessa maneira, um *giro* na política exterior da Colômbia, conforme Buelvas, Jost e Flandes (2012), marcada pela busca de liderança, e ao mesmo tempo, exercendo com maior frequência sua autonomia frente à intervenções externas.

Não obstante, Santos continuou recorrendo a cooperação assimétrica com os Estados Unidos para erradicar os cultivos ilícitos e conter as FARC. Para Santos, a segurança na Colômbia ainda era ameaçada por três atores principais, em primeiro lugar pelas FARC, em segundo lugar pelo Ejército de Liberación Nacional (ELN) e por último os bandos criminosos (BACRIM) derivado dos antigos paramilitares. Para o presidente, no entanto, era necessário um maior diálogo entre o governo colombiano e esses grupos, em vez de, adotar o propósito único de eliminação total, postulada pelo governo anterior.

Nesse sentido, Colômbia atenuou seu alinhamento com os EUA, porém continuou sendo uma das plataformas prioritárias de destino às exportações norte-americanas e, como consequência, variavelmente apoia seus interesses na região, como exemplo na sua defesa à formação da ALCA (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012).

Mesmo assim, no governo de Santos, ao fomentar uma política exterior moderna e aberta ao mundo, acreditando no potencial das capacidades do país, logrou com a melhora da reputação inter-

---

14. CIVETS foi um termo cunhado por Robert Ward, diretor da Economist Intelligence Unit (EIU) que se refere aos mercados emergentes da Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul. Disponível em: <<http://historico.elpais.com.co/paisonline/notas/Mayo302010/1crisis.html>>

nacional da Colômbia e, portanto, conquistou apoio às negociações com as guerrilhas que ameaçavam a segurança do país. A União Europeia e países da Ásia e África, assim, passaram a reconhecer o país como sócio econômico, em segurança e em assuntos multilaterais e por outro lado a América Latina passou a ser reconhecida como importante cenário geográfico para o desenvolvimento das relações internacionais da Colômbia, provando-se no reatamento das relações diplomáticas com a Venezuela e o Equador (BUELVAS; JOST; FLEMES, 2012).

Além do mais, com o propósito de dar maior visibilidade ao país, Santos buscou posicionar a Colômbia nos grandes foros internacionais, argumenta Pérez e Rojas (2012)

E ainda que o governo tenha dado continuidade no destaque às realizações em matéria de drogas, terrorismo e compromisso com a defesa e promoção dos direitos humanos, sua perspectiva se concentrou na inserção positiva da Colômbia no mundo através de cenários multilaterais, como a sede do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ademais, foi proposto projetar seus interesses em foros regionais e subregionais, nos quais também devia tomar em conta os interesses da América Latina e o Caribe e de grupos como o Movimento dos Países Não Alinhados e do G-77 [...] <sup>15</sup> (PÉREZ; ROJAS, 2012, p. 5, tradução nossa).

A política externa de Santos, portanto, com o escopo de ascender a Colômbia como líder regional tem levado ao país “[...] a perseguir uma política exterior mais multilateral, mais pragmática e mais diversificada do que se desenhou e implementou durante a Administração Uribe<sup>16</sup>” (GUZMÁN, 2013, p. 33, tradução nossa).

Assim, desde o início da gestão, em agosto de 2010, o governo de Juan Manuel Santos tem se mostrado com um dos fatores chaves que levaram a transformação da política externa colombiana, no sentido à ascensão do país na região, à diversificação de sua agenda internacional, ao maior interesse pela cooperação e busca de alianças por sócios não tradicionais. Nesse sentido o próprio

---

15. Y aunque el gobierno continuó destacando los logros alcanzados en materia de drogas, terrorismo y compromiso en defensa y promoción de los derechos humanos, centró su mirada en la inserción positiva de Colombia en el mundo a través de escenarios multilaterales, como es el caso del asiento en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Se propuso además proyectar sus intereses en foros regionales y subregionales, en los que también debía tomar en cuenta los intereses de América Latina y el Caribe y de grupos como el Movimiento de países No Alineados y del G-77 [...].

16. [...] a perseguir una política exterior más multilateral, más pragmática y más diversificada que se diseñó e implementó durante la Administración Uribe.

presidente expõe sua perspectiva sobre a projeção externa do país:

Para avançar em direção à prosperidade democrática, será necessário uma maior diversificação das relações internacionais da Colômbia, tanto no âmbito multilateral como também na busca de novos socios e alianças estratégicas no âmbito internacional.<sup>17</sup> (SANTOS, 2010, s/p, tradução nossa).

Na VI Cúpula das Américas realizada em Cartagena, em 2012, Colombia exerceu claramente, através de seu pronunciamento, a diplomacia de aproximação aos líderes executivos da região, sendo sua atuação importante, em especial, pela tensão que produziu a reação dos Estados Unidos, perante a possibilidade de que Cuba pudesse participar da Cúpula. Conforme Alegria (2013), no discurso de Santos, é evidenciado seu projeto de melhor aproveitamento dos benefícios da criação de acordos políticos, econômicos e sociais entre as nações latino-americanas, sem, no entanto, afetar o relacionamento com os Estados Unidos.

### **Relações bilaterais Brasil-Colômbia: da desconfiança mútua à aproximação gradual**

De acordo com a análise da cronologia bilateral, apresentado por Romero e Mariano (2014), as relações entre Brasil e Colômbia datam de 1907, quando ocorre a celebração do tratado limítrofe entre os dois países chamado Vásquez Codobo-Martins para delimitar os 1.644km de de fronteira comum. Desde 2014, foram 35 atividades bilaterais<sup>18</sup>, das quais 30 desenvolvidas entre os anos 2003 e 2009.

Em perspectiva histórica, as relações entre esses dois países constituíram-se através de alianças regionais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) de 1995; a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) de 1980; o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) no qual o Brasil é membro pleno e a Colômbia é um Estado associado desde 2004; A Cúpula de América Latina e do Caribe sobre a Integração e o Desenvolvimento (CALC) de 2008, e meio da consolidação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

---

17. Para avanzar hacia la prosperidad democrática, será necesaria una mayor diversificación de las relaciones internacionales de Colombia, tanto en el ámbito multilateral como también en la búsqueda de nuevos socios y alianzas estratégicas en el ámbito internacional.

18. Estas atividades bilaterais se referem a: tratados de limites, acordos de cooperação, visitas e reuniões oficiais, memorandos de entendimento, protocolos sobre cooperação econômica e comercial.

As relações entre Colômbia e Brasil durante os governos Uribe e Lula, considerado como o período de maior atividade bilateral, foram marcadas pelo progresso na cooperação nas questões de segurança fronteiriça e de combate ao tráfico de drogas. No entanto, foram relações acompanhadas, também, por desconfianças que envolviam às diferentes perspectivas sobre a integração regional e o alinhamento externo colombiano com os EUA (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012).

As desconfianças pelo lado brasileiro se davam devido a crise das relações diplomáticas entre Colômbia Equador e, principalmente, Venezuela e aos acordos militares entre Colômbia e Estados Unidos, os quais deixavam o Brasil em alerta a qualquer forma de intervenção de sua soberania territorial. Assim, o objetivo inicial da política externa brasileira era tentar buscar um posicionamento neutro com o fim de poder mediar a relação conflituosa entre aqueles países “[...] e em consequência, manter distante os Estados Unidos evitando que este fosse o intermediário [...]”<sup>19</sup> (VELEZ, 2014, p. 704, tradução nossa).

Por outro lado, na perspectiva de Uribe, o Brasil poderia ter adotado uma posição de maior cooperação em matéria de segurança e menos neutro durante as tensões com a Venezuela. Essa situação levava a Colombia a privilegiar suas relações diplomáticas com os Estados Unidos por este tratar com maior atenção o tema de segurança no território (ROMERO; MARIANO, 2014).

Nesse sentido, apesar da proximidade territorial, Brasil e Colômbia comportaram-se como dos países distantes, como se fossem desconhecidos e temerosos, e isto se deve, conforme Ramírez (2009), principalmente pela forma precária em que se desenvolviam suas relações oficiais. Não obstante, em alguns locais específicos, houve maior integração das zonas fronteiriças, o que não incide substancialmente nas relações bilaterais.

Ademais, o Plano Colômbia (2010), acordo militar entre os Estados Unidos e Colômbia, durante a administração de Uribe, e a instalação de sete bases militares norte-americanas no território colombiano em 2009, se refletiram, de acordo com Buelvas, Jost e Flandes (2012), em uma forte resistência do Brasil em face da possível interferência externa na sua fronteira amazônica.

Essa rejeição, de longo tempo, acaba se cristalizando na condução brasileira do tema das bases militares norte-americanas den-

19.[...] y en consecuencia, mantener alejado a Estados Unidos evitando que este último fuera el intermediario [...].

tro da UNASUL, em 2009, argumentando o Brasil que às instalações representariam ameaças à estabilidade e equilíbrio na região. De modo geral, adverte Velez (2014), foram estes acontecimentos que geraram maior instabilidade nas relações entre os dois países, porém não afetando tão fortemente comparado as relações da Colômbia com Venezuela e Equador.

Com a eleição de Santos e a reorientação da política externa colombiana, as tensões entre os países, Venezuela e Equador são diluídas e, ao mesmo tempo, devido algumas similaridades políticas, ocorre o desenvolvimento de uma nova relação com o Brasil (PEDRAZA, 2012). Esse novo relacionamento tem seu início em setembro de 2010, quando Lula e Santos realizaram uma reunião onde firmaram oito acordos de cooperação nas áreas de comércio, desenvolvimento fronteiriço e segurança e defesa. Nesse mesmo encontro,

Lançaram as bases para uma futura cooperação bilateral na área militar, com a assinatura de um acordo de intenções para a participação da Colômbia na construção de um avião de transporte brasileiro similar ao Hércules C-130. Santos elogiou a cooperação e reiterou sua convicção de que a próxima será “a década da América Latina” e instou a “apostar na unidade, que deve estar acima de qualquer diferença ideológica ou política”. A região tem pela frente “grandes desafios” de “reduzir a pobreza e a falta de igualdade entre seus povos”, para os quais “chegou a hora de acordar” e “finalmente ter acesso a prosperidade econômica e social”<sup>20</sup> [...] (PEDRAZA, 2012, p. 66, tradução nossa).

É possível inferir que, Colômbia de uma política externa distante e desconfiada em relação ao Brasil, com a ascensão de Santos, passa a se aproximar daquele, relevando a perspectiva de que ambos possuem problemáticas domésticas em comum e que, apenas adotando uma estratégia em conjunto será possível solucioná-las. Apostando, portanto, na cooperação mútua à eliminação da pobreza, desigualdade social e do problema de segurança na região amazônica.

---

20. Se sentaron las bases para una futura cooperación bilateral en el área militar, con la firma de un acuerdo de intenciones para la participación de Colombia en la construcción de un avión de transporte brasileño similar al Hércules C-130. Santos valoró la cooperación y reiteró su convicción de que la próxima será “la década de América Latina” e instó a “apostar a la unidad, que debe estar por encima de cualquier diferencia ideológica o política”. La región tiene por delante los “grandes retos” de “reducir la pobreza y la falta de equidad entre sus pueblos”, para los que “llegó el momento de despertar” y “acceder por fin a la prosperidad económica y social” [...].

Após a eleição de Dilma Rouseff no Brasil, a reaproximação entre os dois países continuou a avançar. Os Ministros de Defesa da Colômbia, Juan Carlos Pinzón, e do Brasil, Celson Amorim, em janeiro de 2012, apresentaram de forma conjunta na UNASUL um projeto de luta contra o crime transnacional, cujas propostas incluíam a criação de um Centro Integrado de Intercâmbio de Informação Regional e a idealização de uma Cúpula da Indústria de Defesa entre os países da organização (ROMERO; MARIANO, 2014).

Não obstante, este *giro* da política externa colombiana, apresenta limites, principalmente no que concerne à possibilidade de maior integração entre os dois Estados. Por mais que o governo de Santos reconheça a importância dos processos de integração sintetizados pela UNASUL, o acordo de livre comércio afirmado com os EUA e os esforços levantados pelo governo à construção do bloco econômico alternativo – Aliança do Pacífico<sup>21</sup> – indicam que, segundo a perspectiva de Buelvas, Jost e Flemer (2012), o país ainda persiste, em parte, na política de Uribe de manter-se como um contrapeso em face dos interesses de outras potências emergentes da região.

Alegria (2013) evidencia, então, as continuidades do governo de Uribe que permaneceram no governo de Santos:

No entanto, essas mudanças tem sido interpretadas mais como um giro *pragmático ou de gestão* do que como mudanças estruturais na PEC. Assim é possível traçar linhas das continuidades que tem o atual governo com o seu antecessor, especialmente em relação às questões prioritárias, a saber: manutenção da importância da política de segurança, juntamente com o livre comércio e apenas uma leve atenuação do alinhamento com a superpotência estadunidense<sup>22</sup> (ALEGRÍA, 2013, p. 264, tradução nossa)

Concordando com Weffort (2004), a política externa em si jamais muda radicalmente que possa se transformar em outra totalmente diferente. Com alguns traços de Uribe, nesse senti-

21. A Aliança do Pacífico é formada por México, Peru, Chile e Colômbia. Essa aliança possui cerca de 40% do PIB da América Latina. É o segundo maior bloco econômico da América Latina em exportações, ficando atrás apenas do MERCOSUL. A Aliança do Pacífico foi fundada oficialmente em 06 de junho de 2012, em Antofagasta no Chile durante a 4ª Cúpula da Aliança do Pacífico. Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/paises/paises-observadores/>>

22. No obstante lo anterior, estos cambios se han interpretado más como un giro pragmático o gerencial, que como cambios estructurales en la PEC. Así es posible trazar las líneas de las continuidades que tiene el actual gobierno con su predecesor, especialmente en cuanto a los temas priorizados, a saber: mantenimiento de la importancia de la política de seguridad, unida a la de libre comercio y apenas una leve atenuación del alineamiento con la superpotencia estadounidense.



do, segundo Buelvas, Jost e Flemes (2012), a Colômbia de Santos ainda busca atrair recursos econômicos norte-americanos para o desenvolvimento do país e, ao mesmo instante, tem procurado exercer um papel de protagonismo na América do Sul. Por sua vez, a política externa colombiana, mesmo que tenha avançado no relacionamento com o Brasil, ainda não tem dado o respaldo, incondicional, a construção de um projeto de regionalização sul-americana liderado pelo Brasil através da UNASUL e MERCOSUL, evidenciado na sua atuação dentro desses organismos e, na perspectiva de Alegria (2013), no prolongamento de alianças com potências externas, especialmente com os Estados Unidos e, de uma forma mais pretensiosa, na construção de seu projeto de liderança regional: a Aliança do Pacífico<sup>23</sup>.

## Considerações finais

Desde o realismo neoclássico, é possível assinalar que o fator doméstico de troca de governo gerou algumas mudanças da política exterior da Colômbia, através da adoção de estratégias mais amplas como a aproximação do país à América Latina, na orientação diplomática a outros países do mundo e na diminuição da sua dependência aos Estados Unidos (FLEMES, 2012). Entretanto, mesmo que essas transformações tenham diversificado temática e geograficamente a agenda externa do país, ampliando a participação da Colômbia no cenário internacional, o país continua a não legitimar a construção de um projeto de regionalização sul-americano de esforço brasileiro. Assim, Colômbia tem buscado ser protagonista em diversos blocos regionais: como agente de integração na CAN, promotor temático e monitor diretivo na UNASUL, em persistir no projeto da ALCA; e na busca da liderança da Aliança do Pacífico, ficando atrás pelo México. Ou seja, em termos de compreensão acerca da estratégia política colombiana, conforme Alegria (2013), esta tem procurado atingir ações dispersas na tentativa de construir uma identidade utilitarista em política exterior, o que não se enquadra bem com a aposta brasileira na projeção da identidade sul-americana.

---

23. A Aliança do Pacífico é formada por México, Peru, Chile e Colômbia. Essa aliança possui cerca de 40% do PIB da América Latina. É o segundo maior bloco econômico da América Latina em exportações, ficando atrás apenas do MERCOSUL. A Aliança do Pacífico foi fundada oficialmente em 06 de junho de 2012, em Antofagasta no Chile durante a 4ª Cúpula da Aliança do Pacífico. Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/paises/paises-observadores/>>

Em assunto econômico-comercial, a relação entre Brasil e Colômbia ainda é débil, mas no governo atual se vem dando passos progressivos (ROMERO; MARIANO, 2014). Dessa forma, apesar de que Colômbia reconheça expressamente a liderança brasileira no âmbito bilateral, evidentemente, aceitando a grandeza demográfica e econômica do Brasil, assim como sua influência a nível global, o país a omite nos seus lineamentos gerais de política externa, buscando alternativas a proposta de liderança brasileira. Isto leva a reconhecer a importância de estreitar os laços econômicos e diplomáticos entre as duas nações, com grande benefício para toda a região em questão de integração, segurança e comércio (BUELVAS; JOST; FLEMES, 2012).

As perspectivas bilaterais e multilaterais do aprofundamento dos intercâmbios e compromissos entre Colômbia e Brasil, deste modo, parecem configurar elementos de alto potencial para institucionalizar uma aliança estratégica multitemática e de largo prazo com repercussões importantes para se desenvolver os mecanismos de integração CAN-MERCOSUL e da UNASUL (BUELVAS; PIÑEROS, 2013). Processos que já tem dado alguns passos iniciais importantes, porém que não há avançado significativamente, em detrimento da ausência de maior interesse de ambos países em criar uma agenda externa em conjunto sem resíduos de qualquer forma de disputa e, principalmente por parte da Colômbia, em priorizar, de fato, as relações com os países da região sul-americana.

Portanto, ainda que Santos reconheça a importância dos processos integradores produzidos pela UNASUL, o acordo de livre comércio assinado com os Estados Unidos e os esforços dado na sua participação de liderança dos países sul-americanos na Aliança do Pacífico, indicam que há limites bastante claros para este *giro* da política externa colombiana. A consolidação de políticas econômicas e de segurança específicas e sólidas para o arco andino e amazônico constitui uma das tarefas mais importantes do governo Rousseff, tendo em vista a pressão que a crise internacional exerce sobre o processo de integração da América do Sul. Nessa proposta, segue pendente o aproveitamento dos potenciais que tem Brasil e Colômbia por sua qualidade geoestratégica de país megadiversos e economicamente ascendente, que deveria refletir em projetos conjuntos, em posições comuns nos foros regionais e na construção de maior autonomia da região em face da ingerência por parte de potências externas.

## Referências

- ALEGRÍA, Rafael Fernando Castro. **Colombia y Brasil en la Unión de Naciones Suramericanas**: Entre la competitividad y la cooperación. 2013. Disponível em: <[https://www.academia.edu/8998371/COLOMBIA\\_Y\\_BRASIL\\_EN\\_LA\\_UNI%C3%93N\\_DE\\_NACIONES\\_SURAMERICANAS\\_ENTRE\\_LA\\_COMPETITIVIDAD\\_Y\\_LA\\_COOPERACI%C3%93N\\_COLOMBIA\\_AND\\_BRAZIL\\_IN\\_THE\\_UNION\\_OF\\_SOUTH\\_AMERICAN\\_NATIONS\\_BETWEEN\\_COMPETITIVENESS\\_AND\\_COOPERATION](https://www.academia.edu/8998371/COLOMBIA_Y_BRASIL_EN_LA_UNI%C3%93N_DE_NACIONES_SURAMERICANAS_ENTRE_LA_COMPETITIVIDAD_Y_LA_COOPERACI%C3%93N_COLOMBIA_AND_BRAZIL_IN_THE_UNION_OF_SOUTH_AMERICAN_NATIONS_BETWEEN_COMPETITIVENESS_AND_COOPERATION)> Acesso 20 jun. de 2015.
- BUELVAS, Eduardo Pastrana; JOST, Stefan; FLEMES, Daniel. **Colombia y Brasil**. Socios estratégicos en la construcción de Suramérica. 2012 Disponível em: <[www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/11687.pdf](http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/11687.pdf)> Acesso 10 jun. de 2015.
- BUELVAS; Eduardo Pastrana; PIÑEROS, Diego Vera. **Las relaciones entre Colombia y Brasil en un contexto de regionalización diversificada en Suramérica y de un mundo multipolar emergente**. 2013 Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77729796009>> Acesso 16 jun. de 2015.
- BUELVAS; E. P.; PIÑEROS, D. V. La urgencia de una nueva orientación para la política exterior colombiana. In: **Las relaciones internacionales de Colombia, una mirada política y jurídica**. Cali: Editorial Universidad Santiago de Cali, 2010.
- CEPIK, Marco; BRANCHER, Pedro; GRANDA, Sebastian. A Colômbia e os desafios para a integração sul-americana. **Revista Conjuntura Austral**. 2012. Disponível em: <[seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/31093/22420](http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/31093/22420)> Acesso 13 jun. de 2015.
- CERVO, A. L. e BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2008.
- CERVO, A. L. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A política platina do Barão do Rio Branco**. Rev. Bras. Polit Int. 43 (2): 130-149. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a06>> Acesso 13 jun. de 2015.
- FLEMES, Daniel. **Colômbia: ¿una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior**. 2012. Disponível em: <[www.kas.de/wf/doc/6989-1442-4-30.pdf](http://www.kas.de/wf/doc/6989-1442-4-30.pdf)> Acesso 16 jun. de 2015.
- GUZMÁN, Sandra Borda. **LA ADMINISTRACIÓN DE ÁLVARO URIBE Y SU POLÍTICA EXTERIOR EN MATERIA DE DERECHOS HUMANOS: DE LA NEGACIÓN A LA CONTENCIÓN ESTRATÉGICA**. Bogotá: Anal Política, 2013. Disponível em <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-47052012000200006](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052012000200006)> Acessado em 12 de jun. de 2015.
- LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Eneferdo Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em <[http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao\\_sul\\_sul.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_sul_sul.pdf)> Acesso 15 jun. de 2015.
- PLAN COLOMBIA. **Third Report On International Extradition Pursuant To Section 3203 Of The Emergency Supplemental Act, 2000, As Enacted In Public Law 106-246**. Washington: U.S Department of State, 2000. Disponível

- em <<http://www.state.gov/s/l/16164.htm>> Acessado em 18 de jun. de 2015.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Elsevier, 2013.
- PEDRAZA, Luis Dallanegra. **Claves de la política exterior de Colombia**. 2012. Disponível em: <[http://www.cialc.unam.mx/web\\_latino\\_final/archivo\\_pdf/Lat54-37.pdf](http://www.cialc.unam.mx/web_latino_final/archivo_pdf/Lat54-37.pdf)> Acesso 15 jun. de 2015.
- PÉREZ, María Cristina; ROJAS, Elizabeth. **Debates y perspectivas de la política exterior colombiana en la era Santos**. 2012 Disponível em: <[http://www.iri.edu.ar/VI\\_congreso/ponencias/PEREZ\\_ROJAS\\_Debates%20y%20perspectivas%20de%20la%20politica%20exterior%20colombiana.pdf](http://www.iri.edu.ar/VI_congreso/ponencias/PEREZ_ROJAS_Debates%20y%20perspectivas%20de%20la%20politica%20exterior%20colombiana.pdf)> Acesso 13 jun. de 2015.
- RAMIREZ, Socorro. **A Colômbia e o Brasil, separados (e unidos) pelo comércio e pela segurança**. Nueva Sociedad: 2009. Disponível em <<http://nuso.org/articulo/a-colombia-e-o-brasil-separados-e-unidos-pelo-comercio-e-pela-seguranca/>> Acesso em 28 abr. de 2016.
- ROMERO, Ana María Suarez; MARIANO, Karina L. Pasquariello. **Relações entre o Brasil e a Colômbia: aproximação ou distanciamento durante os governos Lula da Silva?** 2014. Disponível em: <[http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24872\\_1397875399.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24872_1397875399.pdf)> Acesso 14 jun. de 2015.
- SANTOS, Juan Manuel. **Debate electoral, en la presentación de los programas de los candidatos hecha por Semana.com y la Universidad del Rosario**. 2010. Disponível em <<http://www.semana.com/politica/articulo/como-sera-politica-exterior-santos/119790-3>> Acesso em 14 jun. de 2015.
- SCHIRM, Stefan A. **Leaders in need of followers: Emerging powers in global governance**. Bochum: EJIR, 2010. Disponível em <<http://ejt.sagepub.com/content/16/2/197.full.pdf+html>> Acesso em 10 de abr. de 2016.
- SILVA, André Luiz Reis da. **Convergência seletiva? Análise comparativa dos BRICS com os interesses estratégicos brasileiros no sistema internacional**. Argentina: VIII Jornada de Sociologia de la UNLP, 2014. Disponível em <[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.4235/ev.4235.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.4235/ev.4235.pdf)> Acesso em 10 de abr. de 2016.
- SILVA; Inês dos Santos; GIL, Aldo Duran. **A política externa do governo Lula frente à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)**. 2013 Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/17923>> Acesso 13 jun. de 2015.
- VÉLEZ, Ricardo Betancourt. **El caso de la Doctrina Monroe? Colombia y Brasil, entre el norte de siempre y un sur renovado**. 2014. Disponível em <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/papelpol/article/download/11117/9897>> Acesso em 20 de abr. de 2016.
- VIGEVANI, T.; RAMANZINI Jr., H.; CORREIA, R. A. **Relação entre política externa doméstica e integração regional: uma interpretação do Brasil no governo Lula da Silva**. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/download/2388/1526>> Acesso 14 jun. de 2015.
- WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da Política**. 2004. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/3358772/weffort-francisco-c-os-classicos-da-politica-org-vol-1--atica>> Acesso 13 jun. de 2015.